Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

19/03/2015

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. AÇÕES TJMA..... 1 - 2
   1.2. COMARCAS..... 3
   1.3. SERVIDOR PÚBLICO..... 4
   1.4. VARA DA MULHER..... 5 - 6
2. JORNAL AQUI
   2.1. VARA CRIMINAL..... 7 - 8
3. JORNAL ATOS E FATOS
   3.1. SERVIDOR PÚBLICO..... 9 - 10
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   4.1. SERVIDOR PÚBLICO..... 11 - 12
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   5.1. DECISÕES..... 13
   5.2. POSSE..... 14
6. JORNAL EXTRA
   6.1. SERVIDOR PÚBLICO..... 15
7. JORNAL O DEBATE
   7.1. JUIZADOS ESPECIAIS..... 16
   7.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS..... 17
8. JORNAL O DIA
   8.1. DECISÕES..... 18
   8.2. DESEMBARGADOR..... 19
   8.3. SERVIDOR PÚBLICO..... 20 - 21
9. JORNAL O IMPARCIAL
   9.1. VARA CRIMINAL..... 22
   9.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS..... 23
10. JORNAL O PROGRESSO
   10.1. DECISÕES..... 24
11. JORNAL PEQUENO
   11.1. AÇÕES TJMA..... 25
   11.2. COMARCAS..... 26
   11.3. DECISÕES..... 27
   11.4. EXECUÇÕES PENAIS..... 28
   11.5. POSSE..... 29
   11.6. SERVIDOR PÚBLICO..... 30 - 31

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Pág. 6

TJMA declara apoio à candidatura de Reynaldo Fonseca ao STJ

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA declara apoio à candidatura de Reynaldo Fonseca ao STJ

Na sessão de ontem, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manifestou apoio ao desembargador federal Reynaldo Soares da Fonseca, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, um dos três concorrentes à vaga de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), aberta com a aposentadoria do ministro Arnaldo Esteves Lima.

A moção de apoio apresentada pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, foi referendada pelos desembargadores Jamil Gedeon e Cleones Cunha e teve o apoio dos desembargadores que compõem o Órgão Especial, sendo, em seguida, encaminhada pela presidente do TJMA à presidente da República, Dilma Rousseff, que escolherá o ministro.

Segundo a avaliação da presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Soares da Fonseca desfruta de elevadíssimo conceito no seio da magistratura maranhense, por sua carreira marcada pela competência, probidade e elevado senso de responsabilidade.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Fórum em Humberto de Campos terá atendimento suspenso nesta quinta (19)

O juiz Marcelo Santana Farias, titular de Humberto de Campos, assinou portaria na qual suspende o expediente no Fórum de Comarca nesta quinta-feira, 19. O motivo é a passagem pelo Dia de São José. Quando da sua fundação, o município tinha o nome de São José do Periá. O feriado é objeto de Lei Municipal.

Segundo norma da Corregedoria Geral da Justiça, responsável pelo acompanhamento e fiscalização das ações da Justiça de 1º grau, a suspensão de expediente forense deve ser objeto de portaria editada pelo magistrado, que deverá ser encaminhada ao órgão fiscalizador via sistema de gerenciamento de processos administrativos (Digidoc).

Versa o parágrafo 2º do artigo 83 do Código de Divisão e Organização Judiciárias, que serão feriados forenses os sábados, feriados nacionais, segundas e terças-feiras de Carnaval, quintas e sextas-feiras Santas e o dia 8 de dezembro. São considerados feriados, também, os declarados em lei do Município.

Também pelo Ato nº 1664/2012, não há expediente forense quando de feriados definidos em lei municipal. E no art. 6º fica claro que os pontos facultativos instituídos pelo Poder Executivo não obrigam a observância pelo Judiciário. Conforme estabelece o artigo 7º do mesmo documento, é determinado que nos dias em que não houver expediente forense deverá funcionar o Plantão Judiciário.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Servidora do TJ que havia sido presa por desvios de R$ 400 mil é demitida

A auxiliar judiciária do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) Cláudia Maria da Rocha Rosa, que havia sido presa suspeita de desviar R$ 400 mil quando era coordenadora da folha de pagamento do órgão, foi demitida nesta quarta-feira (18), após decisão do Órgão Especial do tribunal.

Segundo o TJ-MA, o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra a auxiliar judiciária por "falta grave" foi julgado nesta manhã.

A desembargadora relatora do processo Cleonice Freire, presidente do tribunal, votou pela aplicação da pena de demissão, em acordo com o parecer da comissão processante que investigou denúncia de irregularidade na folha de pagamento do órgão e concluiu que houve falta grave cometida pela servidora no cargo comissionado de chefe da divisão de pagamento em benefício próprio.

A decisão pela demissão do cargo efetivo de auxiliar judiciária foi unânime. Ela já havia sido exonerada do cargo em comissão de chefe da Divisão de Folha de Pagamento.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Dia Municipal da Mulher é comemorado nesta quinta-feira

Pág. 2

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Dia Municipal da Mulher é comemorado nesta quinta-feira

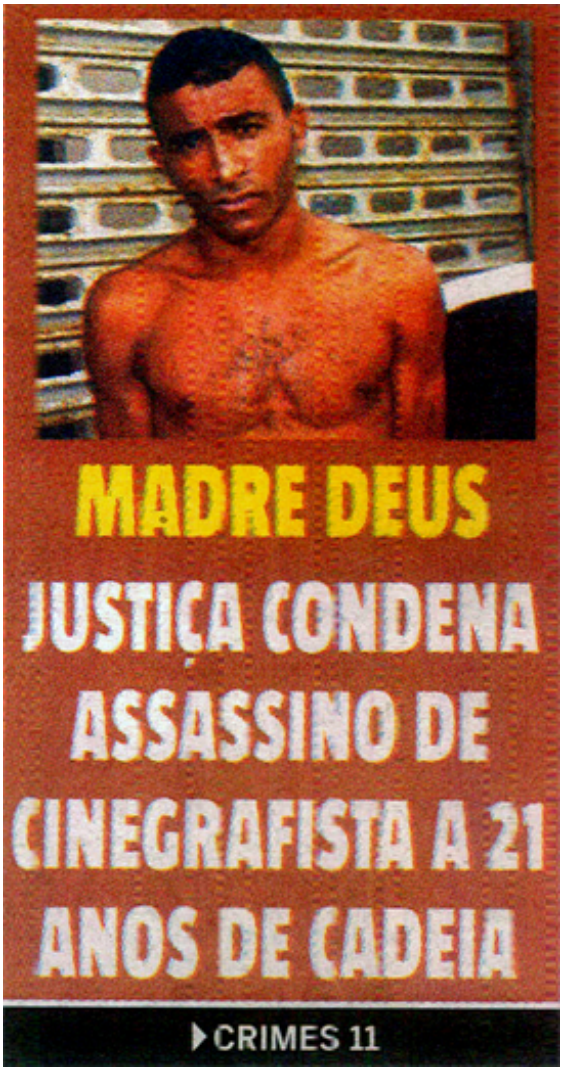
Desde 1991 que a Câmara Municipal de São Luís promulgou a lei que instituiu 19 de março como o Dia Municipal da Mulher. A lei é de autoria do vereador José Joaquim Guimarães (PSDB). A data é mais uma ação em comemoração ao mês de homenagens as mulheres pela passagem do Dia Internarcional da Mulher, comemorado em 8 de março. De acordo com o autor da lei, esse dia é mais uma data para que os direitos e o papel da mulher sejam lembrados e respeitados.

"Nós temos o Dia Internacional da Mulher, comemorado em 08 de março, quando mulheres trabalhadoras foram massacradas num movimento reivindicatório, e já o Dia Municipal em 19 de março, para nós é uma data de revigoração, com a mulher participando lado a lado com o homem tendo todos os direitos não sendo violados compartilhando com o poder no sentido mais profundo que é servir", saúda José Joaquim.

A escolha desse dia para batizar essa data tem uma justificativa histórica. De acordo com José Joaquim, a data de 19 de março é a mesma em que foi assinado o despacho que autorizou uma esquadra francesa vir ao Brasil e fundar a França Equinocial. "Numa coincidência muito feliz nos nossos estudos sobre a cidade de São Luís nos foi tocado que no dia 19 de março de 1612 a rainha tutora Catarina de Médicis despachou a esquadra comandada por Daniel de La Touche para fundar a França Equinocial".

HOMENAGENS - Para prestar homenagem as mulheres, José Joaquim aprovou no Legislativo Municipal moções a serem encaminhadas a Secretaria de Estado da Mulher, Defensoria Pública – Núcleo de Defesa da Mulher, Conselho Estadual da Mulher, Coordenação Municipal da Mulher, Conselho Municipal da Mulher, Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justoça do Maranhão, Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Mulher, Coordenação da Pastoral da Mulher da Arquidiocese de São Luís, Delegacia Especial da Mulher e Associação das Mulheres Empresárias do Maranhão. "As moções se revestem como forma de apoiar todos os atos e atividades envolvidas para a promoção das condições de dignidade e cidadania", finalizou o parlamentar.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação



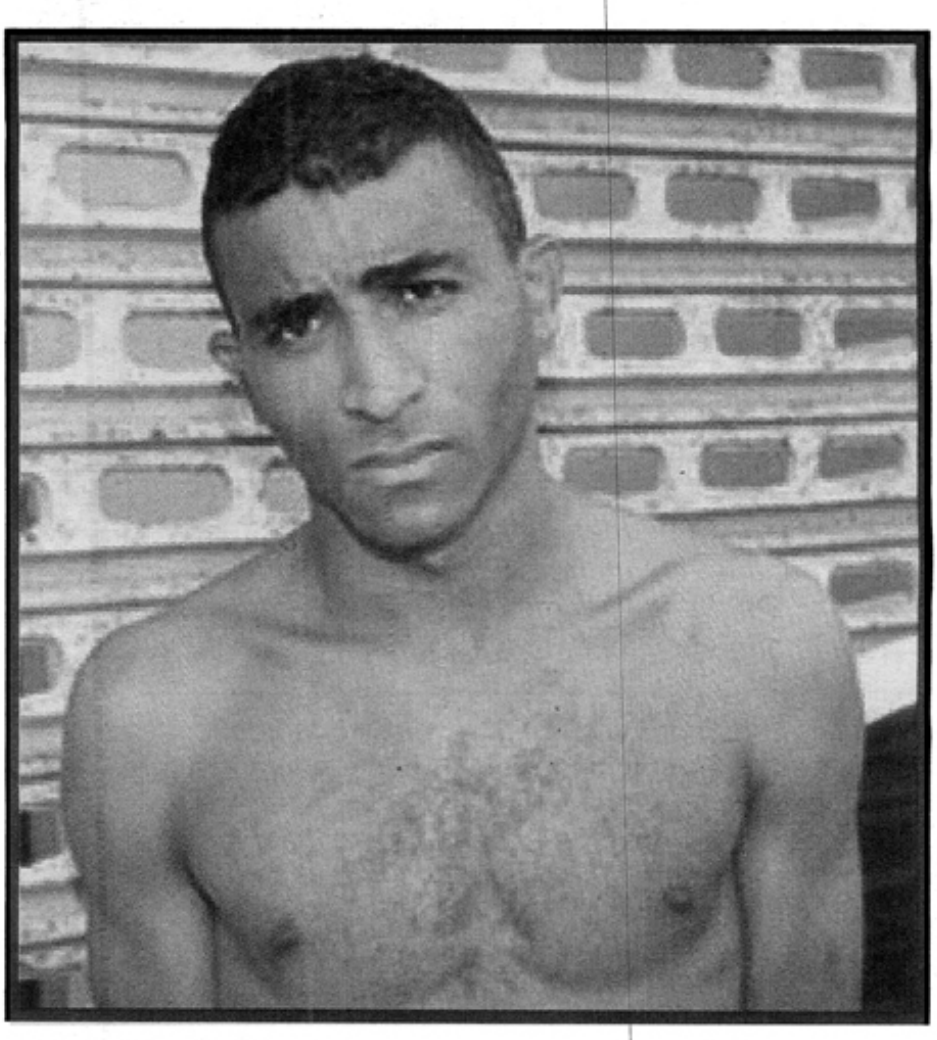
Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

JUSTIÇA

Assassino de cinegrafista é condenado a 21 anos de cadeia durante julgamento

A Justiça Maranhense decidiu punir Rogério Alcantarino Luz Araújo Júnior com 21 anos de regime fechado. Ele é acusado de assassinar o cinegrafista de uma emissora de TV local, Wadson Luis Costa da Silva, na noite do dia 23 de janeiro de 2013, na Praça da Saudade, no bairro Madre Deus. A vítima estava sentada tomando água. Wadson "Cof Cof", como era conhecido, não teve chances de defesa e morreu no local.

O julgamento foi presidido pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, titular do 4º Tribunal do Júri. O acusado já tinha sido condenado a processo na Vara de Entorpecentes.



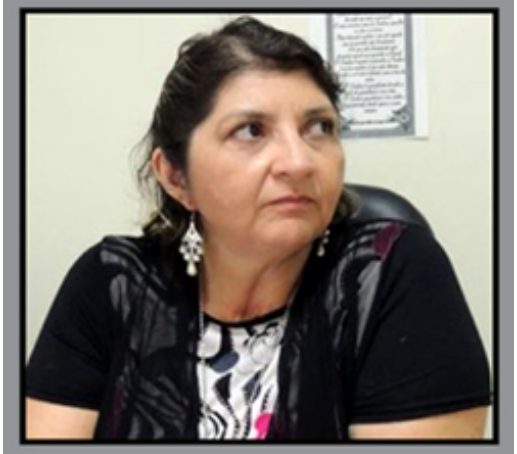
ROGÉRIO JÚNIOR É ACUSADO DE MATAR O CINEGRAFISTA EM 2013

OUTRAS CONDENAÇÕES

Ainda no 4º Tribunal do Júri, no último dia 04, Wildson Baldez Silva foi condenado a 4 anos de reclusão pelo assassinato de Egnaldo de Moraes Garcez, na madrugada do dia 10 de fevereiro de 2013, no Bairro Itapera. Na semana passada (11), os jurados condenaram a 12 anos e 3 meses de reclusão Rômulo Walbert Ribeiro da Silva, acusado da morte de Daniel da Paixão da Silva Nunes, na manhã do dia 26 de outubro de 2012, no Bairro Pirapora, após, junto com outras pessoas, perseguir e encurralar a vítima. O réu já foi condenado em outra ação penal e também responde a outro processo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

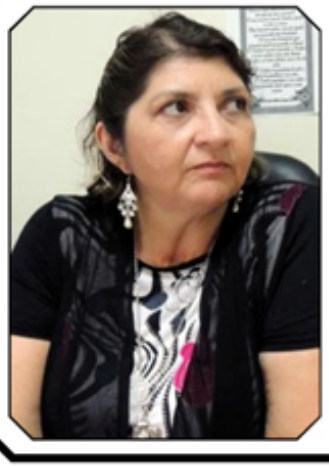
TJ-MA demite servidora por desvio de R$ 400 mil



O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) julgou, ontem (18), Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra a auxiliar judiciária Cláudia Maria da Rocha Rosa (foto), por falta grave, e determinou, por unanimidade, a demissão da servidora do cargo efetivo. A presidente do TJ-MA, desembargadora Cleonice Freire, relatora do processo, votou pela aplicação da pena de demissão, em acordo com o parecer da comissão processante que investigou denúncia de irregularidade na folha de pagamento do Tribunal e concluiu que houve falta grave cometida pela servidora no cargo comissionado de chefe da Divisão de Pagamento, em benefício próprio.Na função, ela promoveu desvio da ordem de R$ 400 mil.

PÁGINA 4

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação



TJ-MA demite servidora por irregularidade na folha de pagamento

O Òrgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) julgou, ontem (18), Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra a auxiliar judiciária Cláudia Maria da Rocha Rosa (foto), por falta grave, e determinou, por unanimidade, a demissão da servidora do cargo efetivo.

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, relatora do processo, votou pela aplicação da pena de demissão, em acordo com o parecer da comissão processante que investigou denúncia de irregularidade na folha de pagamento do Tribunal e concluiu que houve falta grave cometida pela servidora no cargo comissionado de chefe da Divisão de Pagamento, em benefício próprio.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ DEMITE SERVIDORA POR DESVIOS DE R$ 400 MIL

PAG. 8

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela

TJ demite servidora por desvios de R$ 400 mil

Órgão especial determinou por unanimidade, por demissão de servidora

A auxiliar judiciária do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) Cláudia Maria da Rocha Rosa, que havia sido presa suspeita de desviar R$ 400 mil quando era coordenadora da folha de pagamento do órgão, foi demitida ontem, após decisão do Órgão Especial do tribunal.

Segundo o TJ-MA, o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra a auxiliar judiciária por "falta grave" foi julgado nesta manhã.

A desembargadora relatora do processo Cleonice Freire, presidente do tribunal, votou pela aplicação da pena de demissão, em acordo com o parecer da comissão processante que investigou denúncia de irregularidade na folha de pagamento do órgão e concluiu que houve falta grave cometida pela servidora no cargo comissionado de chefe da divisão de pagamento em benefício próprio.

A decisão pela demissão do cargo efetivo de auxiliar judiciária foi unânime. Ela já havia sido exonerada do cargo em comissão de chefe da Divisão de Folha de Pagamento.

Entenda- Claudia Maria da Rocha Rosa e o marido Thiago Salustino Meneses, que também era servidor do TJ-MA, foram presos preventivamente no dia 16 de setembro, após abertura de inquérito para apurar as suspeitas de desvios.

Segundo informações da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), ela era suspeita de desviar as verbas com o auxílio do marido.

A ocorrência contra os dois foi registrada no dia 11 de setembro. O registro foi enviado à Diretoria de Segurança Institucional do tribunal e encaminhado posteriormente à Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP-MA), que abriu inquérito policial para apurar as suspeitas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Procuradoria dá parecer contra 21,7% pretendidos por servidores do MA

Sindicatos esperam agora que o STF mantenha posição pela manutenção do índice

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, emitiu parecer pelo provimento de um agravo regimental interposto pelo governo Flávio Dino (PCdoB) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 317, por meio do qual se questiona a constitucionalidade de decisões do Tribunal de Justiça (TJ) do Maranhão garantindo reajuste de 21,7% aos salários de servidores de nível médio e fundamental do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público.

Na prática, se julgado procedente, o recurso protocolado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE) a pedido de Dino culminará com o corte dos reajustes.

A manifestação da Procuradoria Geral da República será encaminhada ao relator do agravo no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Celso de Mello, que decidirá sobre o assunto. Em dezembro do ano passado, ele já havia rejeitado o trâmite da ADPF, protocolada pela gestão anterior.

Em seu parecer desta semana, Janot argumenta que se opõe à Constituição Federal o pressuposto de que deveria ser estendido a todo o funcionalismo o reajuste salarial de 30%, concedido em 2006 pelo então governador José Reinaldo (PSB) aos servidores de nível superior - os 21,7% são diferença entre esse percentual máximos e os 8,3% dados aos servidores de nível médio e fundamental.

"A Lei 8.369/2006, a par de estipular reajuste uniforme para todos os servidores estaduais, também concedeu aumentos para grupos específicos do funcionalismo, o que não lhe era vedado, pois não se proíbe reestruturação da hierarquia salarial, desde que por meio de lei em sentido formal", destacou.

Segundo o procurador, o cálculo dos sindicatos e aceito pelo Tribunal de Justiça para embasar suas decisões "distorce o sentido da revisão geral anual e retrata invasão pelo Judiciário de domínio reservado ao Legislativo".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Empossada no Tribunal de Justiça a nova juíza da Comarca de Viana

Magistrada Carolina de Sousa Castro foi empossada ontem pela presidente do TJMA, desembaragadora Cleonice Freire

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, empossou ontem a juíza Carolina de Sousa Castro, na 2ª Vara da Comarca de Viana (entrância intermediária).

A magistrada foi promovida da comarca de Mirador (entrância inicial), pelo critério de antiguidade, na presença dos desembargadores Lourival Serejo, Kléber Carvalho e Bayma Araújo e do diretor geral do TJMA, Hebert Leite.

Em seus votos de sucesso à magistrada, a desembargadora Cleonice Freire relembrou a trajetória de Carolina Castro no Judiciário estadual, como oficial de Justiça, assessora jurídica e, agora, como colega na magistratura. "Pode ter certeza que fará uma bela carreira jurídica, parabéns e sucesso", desejou a presidente.

Carreira - Carolina Castro iniciou sua carreira como juíza substituta na comarca de Monção, em novembro de 2009. Em seguida, exerceu suas atividades judicantes nos municípios de Timbiras e Humberto de Campos.

Em novembro de 2010, foi titularizada na comarca de Mirador, onde tramitavam, na época de sua nomeação, cerca de 2 mil processos judiciais. Em sua saída, Carolina Castro deixou a Comarca saneada, com cerca de 600 processos.

Sobre as expectativas, a juíza afirmou estar pronta para enfrentar os novos desafios e dar continuidade ao trabalho já realizado na Comarca de Viana pelo juiz Reginaldo Cordeiro Júnior. "Pretendo atender a uma das principais exigências da sociedade em relação ao poder judiciário que é a celeridade processual", frisou.

Divulgação

Juíza Carolina de Sousa Castro assina termo de posse no TJMA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Servidora do TJ que havia sido presa por desvios de R$ 400 mil é demitida

A auxiliar judiciária do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) Cláudia Maria da Rocha Rosa, que havia sido presa suspeita de desviar R$ 400 mil quando era coordenadora da folha de pagamento do órgão, foi demitida nesta quarta-feira (18), após decisão do Órgão Especial do tribunal.

Segundo o TJ-MA, o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra a auxiliar judiciária por "falta grave" foi julgado nesta manhã.

A desembargadora relatora do processo Cleonice Freire, presidente do tribunal, votou pela aplicação da pena de demissão, em acordo com o parecer da comissão processante que investigou denúncia de irregularidade na folha de pagamento do órgão e concluiu que houve falta grave cometida pela servidora no cargo comissionado de chefe da divisão de pagamento em benefício próprio.

A decisão pela demissão do cargo efetivo de auxiliar judiciária foi unânime.]

Ela já havia sido exonerada do cargo em comissão de chefe da Divisão de Folha de Pagamento.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

• Convocação

Em portaria assinada nessa segunda-feira (16), o titular do Juizado Especial Cível e Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) de Timon, juiz Rogério Monteles da Costa, convoca os capacitados no Curso de Formação de Conciliadores promovido pela Escola Superior de Magistratura do Estado do Maranhão - ESMAM no período de 17 a 23 de março de 2014 para a assinatura do Termo de Adesão e Compromisso. Entre os convocados, nove servidores da comarca, além de professores e alunos da Faculdade Maranhense São José dos Cocais. Os convocados devem comparecer à Secretaria do 1º CEJUSC (Rua 03, Quadra J, casa 13, Conjunto Palestina, Timon), no período de 1º a 30 de abril próximo, de segunda à sexta-feira, das 8h às 12 e das 14h às 18h.

• Resolução

No documento, o magistrado notifica os servidores da Comarca de Timon cujos nomes constam da relação de convocados que "a prestação do serviço é voluntária e ocorrerá fora do horário do expediente normal de trabalho do agente público, sem prejuízo de suas atividades na unidade em que estiver lotado e sem ônus para o Tribunal de Justiça do Maranhão", isso para quem tem carga horária de seis horas diárias, esclarece Monteles. Já os que têm carga horária de oito horas diárias podem prestar o serviço voluntário de conciliador, desde que com a anuência expressa da chefia imediata, que será previamente informada de dia e horário de escalação dos voluntários, limitado esse serviço à carga horária de quatro horas diárias, cumpridas de uma só vez, em um único turno e dia por semana.

• Sem vínculo

Quanto aos professores e alunos da Faculdade Maranhense São José dos Cocais, em número de 24, consta do documento que "a prestação do serviço voluntário de conciliador será efetuada a título honorário, sem qualquer vínculo funcional, empregatício, previdenciário ou afim entre o Poder Judiciário estadual e o prestador do serviço, não sendo devida a este último contraprestação ou compensação pecuniária de qualquer natureza". Ainda segundo o documento, "a prestação de serviço voluntário de conciliador é incompatível com o exercício da advocacia nas unidades jurisdicionais das respectivas áreas de abrangência do "Centro" em que prestam suas funções públicas".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

- Audiência de conciliação

A audiência de conciliação promovida pela Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-MA) entre o Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo (IBEDEC), Franere e Gafisa, realizada nesta terça-feira (17), encerrou com um acordo favorável para os consumidores que compraram imóveis e vivenciaram atraso na entrega da unidade e irregularidades nas obras. Três condomínios integrantes do empreendimento Grand Park receberão indenizações das construtoras pelo descumprimento do contrato. A medida conduzida pelo juiz da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital, Douglas de Melo Martins, objetivava que as empresas apresentassem propostas para dirimir os eventuais danos causados aos consumidores, considerados abusivos pela Ação Civil Pública, protocolada em 2012, pelo Procon.

- Acordo

Na ocasião, ficou determinado que as construtoras paguem a quantia de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em três parcelas iguais para os três condomínios integrantes do empreendimento Grand Park - Águas, Árvores e Pássaros, cabendo a cada um a cota de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nas datas 07/04, 07/05 e 08/06. A utilização dos recursos pelos condomínios deverá ser precedida de autorização, em assembleia condominial, que contará com a participação e anuência de membros do Procon e do IBEDEC-MA.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA confirma cassação de vereador por improbidade

Os desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) mantiveram sentença que condenou o vereador de Estreito, Manoel Barbosa de Souza, à perda da função pública, além da suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público, ambos pelo prazo de oito anos, e ao pagamento de multa civil equivalente a R$ 44 mil.

O vereador foi condenado pela 1ª Vara de Estreito por ato de improbidade administrativa, acusado de ter sido beneficiado indevidamente com o valor de R$ 22 mil, causando prejuízo ao erário municipal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

O gabinete do desembargador Froz Sobrinho, localizado na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão (Praça Dom Pedro II, Centro), está funcionando temporariamente, desde ontem, quarta-feira (18), na sede administrativa do Tribunal de Justiça, no antigo prédio da Assembleia Legislativa (Rua do Egito). em virtude de reformas no local. O gabinete passa a atender pelos telefones: (98) 3261-6239/ 6240/ 6241/ 6242.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Tribunal de Justiça demite diretora por corrupção

Cláudia Maria Rocha Rosa (foto) foi presa após ter sido descoberto alterações nas folhas de pagamentos do Tribunal de Justiça. De acordo com informações preliminares, os valores do desfalque podem ultrapassar os R$400 mil reais.

PÁGINA 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Corrupção causa demissão de Diretora do Tribunal de Justiça

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ MA) julgou, nesta quarta-feira (18), Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra a auxiliar judiciária Cláudia Maria da Rocha Rosa por falta grave, e determinou, por unanimidade, a demissão da servidora do cargo efetivo.

A presidente do TJ-MA, desembargadora Cleonice Freire, relatora do processo, votou pela aplicação da pena de demissão, em acordo com o parecer da comissão processante que investigou denúncia de irregularidade na folha de pagamento do Tribunal e concluiu que houve falta grave cometida pela servidora no cargo comissionado de chefe da Divisão de Pagamento, em benefício próprio.

CLÁUDIA MARIA DA ROCHA ROSA

Entenda o caso

Cláudia Maria Rocha Rosa foi presa, na manhã da terça-feira (16), após ter sido descoberto alterações nas folhas de pagamentos do Tribunal de Justiça. Tão logo foi descoberta, a servidora foi exonerada do cargo que ocupava no tribunal, que era coordenadora da folha de pagamento. Com a manipulação, ela tinha um salário bruto que chagava até 40 mil reais, segundo a Polícia Civil. Não satisfeita com os valores das alterações, a ex – coordenadora começou a realizar empréstimos consignados nas instituições bancárias.

De acordo com informações preliminares, os valores do desfalque podem ultrapassar os R$400 mil reais. O superintendente da Seic acredita que esse montante precisa ser reavaliado. "Ainda precisamos avaliar esse quantitativo, porque ela estava nesta função há um tempo razoável. Por ter acesso ao sistema, muito maior até que a presidente, ela manipulava sua folha de pagamento. Ela aumentava seu salário, em torno de, 40 mil a mais do que recebia".

Durante a prisão, os investigadores apreenderam computadores que eram utilizados para modificar as folhas pagamento. Um inquérito policial foi instaurado para investigação dos fatos, o que resultou na decretação da prisão preventiva da servidora.

Como foi constatada a fraude?

O delegado Augusto Barros relatou que a fraude foi descoberta após denúncia feita pela presidência do Tribunal de Justiça. "Na semana passada, o Tribunal de Justiça procurou o secretário de segurança, so que surgiram no âmbito administrativo e erros de irregularidade na folha de pagamento. Como as denúncias estavam materializadas em alguns relatórios, e se demonstravam muito cabais, todo o processo foi facilitado. Nós obtivemos várias provas, de que de fato, a folha de pagamento do Tribunal de Justiça estava sendo manipulada, para que esta funcionária auferisse uma vantagem ilícita. Havia em curso o crime de peculato, uma vez que ela era servidora pública e estava se apropriando de valores que são da folha de pagamento do orçamento do tribunal. Nós dependemos de uma análise maior, e mais abrangente, que depende da quebra do sigilo bancário", disse.

Como Funcionava?

O chefe do Departamento de Combate aos Crimes Tecnológicos (DCCT), Odilardo Muniz, explicou que Maria Claudia acessava, de casa, o sistema do TJ, e de lá fazia as alterações. "Assim que a denúncia chegou ao nosso conhecimento, fizemos de imediato uma visita ao tribunal, e constatamos os logins e senha da Cláudia Maria. A partir de um levantamento, observamos que ela acessava remotamente. Os acessos eram na madrugada. Em seguida, chamamos os técnicos para algumas oitivas. E eles informaram que por VPN (uma maquina virtual), era possível ter acesso remoto", pontuou.

Odilardo esclareceu que por meio de um computador do tribunal, Cláudia realizava as alterações. "Através de um notebook da instituição, ela fazia a manipulação da folha, pegava valores de 25 mil, 10 mil, colocava decisões judiciais em cima deste montante, para encobrir sua remuneração. Após isso, ela fazia as exclusões, de uma forma, que no va e valor total de recursos "batiam". Então quem olhava os valores dos pagamentos, não percebia a modificação. De acordo com o depoimento dela, ela passou mais de um ano fazendo essa fraude no Tribunal de Justiça", explicou.

Por fim, o chefe do DCCT, disse que a servidora fazia vários empréstimos, junto a instituições financeiras. "Ela fazia vários consignados, além de aumentar o valor de seu contracheque. Com o valor elevado do contracheque, ela fazia consignados em cima deste valor, rendendo R$ 100 mil reais ou mais. Ela renovava várias vezes dois consignados, os dois acima de R$ 100 mil reais. Vamos oficiar ao Banco Central, para saber se ela possui outras contas. Em depoimento, ela falou que havia outra conta, que também vai ser investigada".

Quantas pessoas estão envolvidas?

O Superintendente da Seic, Luiz Jorge Matos, disse acreditar, que além da servidora, somente está envolvida na fraude. "A pessoa que participava com ela, era seu companheiro, que já está preso. Ela transferia valores para conta dele. E ele sabia qual era o salário que ela. O padrão de vida era muito superior aos rendimentos dela, e isso foi uma das coisas que chamaram atenção".

Qual o valor do desfalque?

Para o superintendente, o valor das fraudes ultrapassa os R$ 400 mil reais. "A grosso modo, de fevereiro pra cá, o desfalque atinge a cifra de mais de R$ 400 mil reais. Agente acredita que esse valor possa ser maior. A princípio não há indícios de que haja outros servidores envolvidos. Por que ela tinha acesso irrestrito do sistema e não precisava da

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Rogério Júnior é acusado de matar o cinegrafista em 2013

Assassino de cinegrafista é condenado a 21 anos

A Justiça Maranhense decidiu punir Rogério Alcantarino Luz Araújo Júnior com 21 anos de regime fechado. Ele é acusado de assassinar o cinegrafista de uma emissora de TV local, Wadson Luis Costa da Silva, na noite do dia 23 de janeiro de 2013, na Praça da Saudade, no bairro Madre Deus. A vítima estava sentada tomando água. Wadson "Cof Cof", como era conhecido, não teve chances de defesa e morreu no local.

O julgamento foi presidido pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, titular do 4º Tribunal do Júri. O acusado já tinha sido condenado a processo na Vara de Entorpecentes.

Outras condenações

Ainda no 4º Tribunal do Júri, no último dia 04, Wildson Baldez Silva foi condenado a 4 anos de reclusão pelo assassinato de Egnaldo de Moraes Garcez, na madrugada do dia 10 de fevereiro de 2013, no Bairro Itapera. Na semana passada (11), os jurados condenaram a 12 anos e 3 meses de reclusão Rômulo Walbert Ribeiro da Silva, acusado da morte de Daniel da Paixão da Silva Nunes, na manhã do dia 26 de outubro de 2012, no Bairro Pirapora, após, junto com outras pessoas, perseguir e encurralar a vítima. O réu já foi condenado em outra ação penal e também responde a outro processo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

3 Agora lascou. Depois que a Justiça mandar rebaixar preços abusivos nos postos de combustíveis do Maranhão, a briga passou a ser travada entre o Sindicato dos donos de bombas e o Procon. A entidade dos empresários acusa o órgão governamental de fazer confusão sobre o controle dos preços dos combustíveis na região metropolitana de São Luís.

4 O presidente do Sindcombustível, Orlando Santos, diz, em nota, que, ao contrário do entendimento do Procon, o Decreto Presidencial 8.395/2015 não faz qualquer referência aos preços a serem praticados nas bombas. Simplesmente majorou as alíquotas dos tributos federais PIS e Cofins, e nada mais. Assegura que os preços são totalmente liberados.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Tribunal confirma cassação de vereador de Estreito por improbidade

Os desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) mantiveram sentença que condenou o vereador de Estreito, Manoel Barbosa de Souza, à perda da função pública, além da suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público, ambos pelo prazo de oito anos, e ao pagamento de multa civil equivalente a R$ 44 mil.

O vereador Manoel Barbosa de Souza foi condenado pela 1ª Vara de Estreito por ato de improbidade administrativa, acusado de ter sido beneficiado indevidamente com o valor de R$ 22 mil, causando prejuízo ao erário municipal. Anteriormente, o Tribunal de Justiça considerou existente a improbidade ao analisar a conduta dos demais vereadores da Câmara Municipal de Estreito, pelo mesmo fato.

O vereador recorreu pedindo a improcedência da ação civil pública, sustentando irregularidades na tramitação do processo na comarca de Estreito e afirmando sua boa fé, uma vez que desconhecia a irregularidade do recebimento do valor de R$ 22 mil, que seria destinado a suprir gastos e despesas de gabinete e ações parlamentares.

A relatora, desembargadora Ângela Salazar, considerou regular o processamento da ação e fundamentada a sentença do juízo, confirmando todos os seus termos. "Fica o juiz autorizado a aplicar as cominações pertinentes em razão das circunstâncias fáticas expostas", justificou.

Para ela, restou flagrante a prática da conduta do vereador, que efetivamente recebeu os valores públicos e os utilizou para pagamento de dívidas pessoais, com a intenção de apresentar notas fiscais para justificar, no final do exercício financeiro, o uso do montante. ***(Juliana Mendes / Ascom TJMA)***

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ declara apoio à candidatura de Reynaldo Fonseca ao STJ

Na sessão de ontem (18), o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manifestou apoio ao desembargador federal Reynaldo Soares da Fonseca, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, um dos três concorrentes à vaga de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), aberta com a aposentadoria do ministro Arnaldo Esteves Lima.

A moção de apoio apresentada pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, foi referendada pelos desembargadores Jamil Gedeon e Cleones Cunha e teve o apoio dos desembargadores que compõem o Órgão Especial, sendo, em seguida, encaminhada pela presidente do TJMA à presidente da República, Dilma Rousseff, que escolherá o ministro.

Segundo a avaliação da presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Soares da Fonseca desfruta de elevadíssimo conceito no seio da magistratura maranhense, por sua carreira marcada pela competência, probidade e elevado senso de responsabilidade.

"O ilustre maranhense é nome que avulta na magistratura brasileira pelo seu saber jurídico, ilibada reputação e pela experiência acumulada na carreira, o que está amplamente demonstrado em seu notável currículo, todo ele construído no âmbito do Judiciário", destacou a magistrada.

Reynaldo Soares da Fonseca é natural de São Luís, onde iniciou a carreira no Poder Judiciário. Ingressou na magistratura como juiz de direito substituto no Distrito Federal, Em 1992. No ano seguinte foi aprovado em concurso e tornou-se juiz federal substituto da 4.ª Vara da Seção Judiciária do DF, sendo empossado no TRF1 em 2009.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Fórum em Humberto de Campos

O juiz Marcelo Santana Farias, titular de Humberto de Campos, assinou portaria na qual suspende o expediente no Fórum de Comarca nesta quinta-feira, 19. O motivo é a passagem pelo Dia de São José. Quando da sua fundação, o município tinha o nome de São José do Periá. O feriado é objeto de Lei Municipal. Segundo norma da Corregedoria Geral da Justiça, responsável pelo acompanhamento e fiscalização das ações da Justiça de 1º grau, a suspensão de expediente forense deve ser objeto de portaria editada pelo magistrado, que deverá ser encaminhada ao órgão fiscalizador via sistema de gerenciamento de processos administrativos (Digidoc).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ confirma cassação de vereador de Estreito por improbidade

Os desembargadores da 1ª Câmara Cível do TJMA mantiveram sentença que condenou o vereador de Estreito, Manoel Barbosa de Souza, à perda da função pública, além da suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público, ambos pelo prazo de oito anos, e ao pagamento de multa civil equivalente a R$ 44 mil.

O vereador Manoel Barbosa de Souza foi condenado pela 1ª Vara de Estreito por ato de improbidade administrativa, acusado de ter sido beneficiado indevidamente com o valor de R$ 22 mil, causando prejuízo ao erário municipal. Anteriormente, o Tribunal de Justiça considerou existente a improbidade ao analisar a conduta dos demais vereadores da Câmara Municipal de Estreito, pelo mesmo fato.

O vereador recorreu pedindo a improcedência da ação civil pública, sustentando irregularidades na tramitação do processo na comarca de Estreito e afirmando sua boa fé, uma vez que desconhecia a irregularidade do recebimento do valor de R$ 22 mil, que seria destinado a suprir gastos e despesas de gabinete e ações parlamentares.

A relatora, desembargadora Ângela Salazar, considerou regular o processamento da ação e fundamentada a sentença do juízo, confirmando todos os seus termos. "Fica o juiz autorizado a aplicar as cominações pertinentes em razão das circunstâncias fáticas expostas", justificou.

Para ela, restou flagrante a prática da conduta do vereador, que efetivamente recebeu os valores públicos e os utilizou para pagamento de dívidas pessoais, com a intenção de apresentar notas fiscais para justificar, no final do exercício financeiro, o uso do montante. *(Ascom TJMA)*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Instituições recebem alvará

A 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís realizou na manhã de terça-feira (17) a entrega de alvarás às instituições que tiveram projetos selecionados para receberem recursos da Justiça. A solenidade de entrega dos alvarás foi presidida pelo juiz Fernando Mendonça, titular da vara, no Centro Administrativo do Tribunal de Justiça. No total, 17 instituições receberam recursos financeiros de até R$ 5 mil. De acordo com informações da vara, os recursos repassados às instituições e projetos selecionados foram gerados a partir de depósitos efetivados pelos cumpridores da pena restritiva, na modalidade pena pecuniária que são realizados numa conta bancária da Vara. Ao todo, 29 instituições se inscreveram no edital deste ano, sendo 17 selecionadas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Nova juíza da comarca de Viana toma posse no TJMA

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargadora Cleonice Freire, empossou nessa quarta-feira, 18, a juíza Carolina de Sousa Castro, na 2ª Vara da comarca de Viana (entrância intermediária).

A magistrada foi promovida da comarca de Mirador (entrância inicial), pelo critério de antiguidade, na presença dos desembargadores Lourival Serejo, Kléber Carvalho e Bayma Araújo e do diretor geral do TJMA, Hebert Leite.

Em seus votos de sucesso à magistrada, a desembargadora Cleonice Freire relembrou a trajetória de Carolina Castro no Judiciário estadual, como oficial de Justiça, assessora jurídica e, agora, como colega na magistratura. "Pode ter certeza que fará uma bela carreira jurídica, parabéns e sucesso", desejou a presidente.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA demite servidora que fraudou folha de pagamento

PÁGINA 9 [C1]

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJMA demite servidora que fraudou folha de pagamento

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) julgou, ontem (18), Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra a auxiliar judiciária Cláudia Maria da Rocha Rosa, por falta grave, e determinou, por unanimidade, a demissão da servidora do cargo efetivo. A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, relatora do processo, votou pela aplicação da pena de demissão, em acordo com o parecer da comissão processante que investigou denúncia de irregularidade na folha de pagamento do Tribunal e concluiu que houve falta grave cometida pela servidora no cargo comissionado de chefe da Divisão de Pagamento, em benefício próprio.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação